



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOLEDADE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 222/2021 PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SECRETARIAS DIVERSAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOLEDADE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.738.530/0001-10, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, CEP 99300-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a senhora Marilda Borges Corbelini, residente e domiciliada nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**

CONTRATADA: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.800/0001-14, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO: O presente contrato fundamenta-se:

- I – De acordo com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993;
- II – De acordo com o Pregão Eletrônico de nº 59/2021;
- III – Nos preceitos de direito público; e
- IV – Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO PREÇO:

2.1 Constitui objeto do presente contrato a aquisição dos seguintes itens:

Item	Qtd. Estim	Un.	Descrição	V. Un. Máx. (R\$)
08	16,00	und	Armário para escritório, novo, confeccionado em MDP na cor marfim, com 02 portas frontais com chave	440,00
11	10,00	und	Berço infantil, novo, com no mínimo 02 regulagens de altura, grades confeccionadas em MDF, estrutura confeccionada em MDP, bordas arredondadas com acabamento de fita melanínica, com capacidade mínima para colchão de 60 cm x 01,30 cm, capacidade de carga de até 35 kg, sistema de montagem com cavilhas, parafusos e pregos, com dimensões mínimas de 101,5 cm x 132,7 cm x 68 cm.	280,00
15	50,00	und	Cadeira para alimentação com bandeja removível, com garras laterais facilmente acionáveis, deverá possuir pedanas (apoio para os pés da criança) em plástico, encosto e assento em tecido plástico, laminado colorido e acolchoado de fácil limpeza, estrutura tubular em ferro 3/4 pintado com pintura eletrostática na cor branca, projetada para manter a estabilidade e	270,00

1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOLEDADE

			travas em arco para melhor sustentação, cinto de segurança de cinco pontos em nylon lavável, altura final do produto 105cm, comprimento 56cm e largura 68cm.	
17	50,00	pç	Carrinho para bebê, novo, encosto regulável em 04 posições, com cinto de segurança de 05 pontos, com travamento nos 04 conjuntos de rodas, apoio de pés e punhos, suspensão com molas amortecedoras, com capacidade de peso igual ou superior a 15 kg, produto em conformidade a norma NBR 14389, com certificado de garantia mínima de doze (12) meses a contar da data de entrega.	400,00
27	02,00	und	Gaveteiro novo, móvel, com chave, nas medidas mínimas de 465 mm x 405 mm x 670 mm.	350,00
36	50,00	und	Travesseiro infantil para berço, novo, com enchimento em fibra de poliéster siliconizada, tecido revestido em 50% algodão e 50% poliéster, anti alérgico, com medidas mínimas de 30 cm de largura x 40 cm de comprimento.	7,75
37	20,00	und	Forno microondas, novo, com capacidade mínima de 30 litros, 220v, função auto aquecimento, função memória, trava de segurança, tecla +30 segundos e relógio digital.	575,00
40	02,00	und	Televisor Smart de LED 32", novo, com no mínimo 03 entradas HDMI, com no mínimo 02 entradas USB, funcionalidade Wi-Fi.	1.485,00
41	02,00	und	Televisor Smart de LED 50", novo, com tecnologia 4K, com no mínimo 03 entradas HDMI, com no mínimo 02 entradas USB, funcionalidade Wi-Fi.	2.765,00
42	01,00	und	Aparelho projetor (Datashow) com no mínimo 3.300 lumens, bivolt, resolução de 1920x1200, contraste mínimo de 1:2000, com entradas USB/HDMI/VGA.	2.750,00

2.2. O valor a ser pago está descrito no item 2.1.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de doze (12) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração.

CLÁUSULA QUARTA- DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado mensalmente no mês subsequente à entrega dos produtos mediante a apresentação da fatura correspondente aos itens fornecidos no mês e com observância do estipulado pelo art. 5º da Lei de nº 8.666/1993.

3.2. Deverão ser apresentadas as Notas Fiscais discriminadas, de acordo com a Nota de Empenho, para que após conferência, atestado e aceite pelo fiscal do contrato seja creditado em favor da Empresa, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta.

 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

- 3.3. Não serão efetuados pagamentos por meio de títulos de cobrança bancária.
- 3.4. Quaisquer erros ou omissões havidos na documentação fiscal ou na fatura, serão motivo de correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;
- 3.5. Previamente ao momento do pagamento, será requisitada certidões para verificação quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas correspondentes, de modo que deverão estar com a validade em dia, as Certidões Negativas de Débitos da União, Estado, Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS.
- 3.6. Caso seja apresentada qualquer certidão sem regularidade fiscal ou trabalhista, o valor será retido até a comprovação da regularidade.
- 3.7. Em caso de irregularidade, o MUNICÍPIO notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções pelo inadimplemento, rescisão do contrato ou a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração, além das penalidades já previstas em lei.
- 3.8. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
- 3.9. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.
- 3.10. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada ou da garantia apresentada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 3.11. Fica desde já reservado ao Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos serviços prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.
- 3.12. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

SEC DIVERSAS	MOBILIÁRIO EM GERAL	449052420000
--------------	---------------------	--------------

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SOLEDADE

- I – Responsabilizar-se pela prestação dos serviços objeto deste contrato;
- II – Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- III – Prestar e executar todos os serviços contratados, de acordo com as normas e condições previstas neste contrato, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- IV – Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;
- V – Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE;
- VI – Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;
- VII – Cumprir as obrigações constantes neste contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1. O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- II - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

7.2. O servidor indicado na cláusula primeira, item 1.2, neste ato resta nomeado como fiscal do contrato, sem prejuízo de sua substituição, a critério da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Todos os serviços a serem prestados, constantes neste contrato, serão fiscalizados pelo Município, por meio de servidor público designado, doravante denominado Fiscalização, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

8.2. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato, e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- III - atestar mensalmente a execução dos serviços e seu recebimento definitivo;
- IV - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamentos.

8.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:

9.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

- I - advertência;
- II - multa;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SOLEDADE

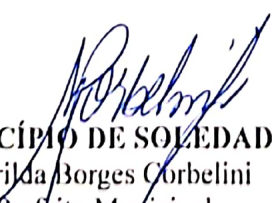
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2. O atraso injustificado no prazo de atendimento ou no de conclusão dos serviços implicará aplicação de multa correspondente a 1% por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 % desse valor.
- 9.3. Na hipótese do item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.
- 9.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ofertada ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nestas cláusula.
- 9.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa, ficará a critério do Contratante.
- 9.6. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.
- 9.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO: Constituem motivos incondicionados para rescisão do contrato as situações previstas nos arts. 77 e 78, na forma do art.79, inclusive com as consequências do artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro da cidade de Soledade, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Soledade, RS, 19 de agosto de 2021.


MUNICÍPIO DE SOLEDADE
Marijda Borges Corbelini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA
Representante Legal
CONTRATADA

Registrado sob nº.....

Soledade, 19.08.2021..

.....


02.150.000/0001-17
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA
Rua João Barland, 30
Centro CEP: 94.700-000
MUNICÍPIO DE SOLEDADE - RS